

Parceria Público-Privada pode sair do superávit

Também seriam excluídos do cálculo em estudo com o FMI investimentos de estatais e de agências multilaterais

Helena Celestina

Correspondente

• NOVA YORK. O Brasil já começa a selecionar projetos que poderiam entrar na contabilidade-piloto que as autoridades brasileiras e o Fundo Monetário Internacional (FMI) vão montar sem computar os investimentos em infra-estrutura como despesa nas contas públicas. Segundo o representante brasileiro no Fundo, Murilo Portugal, poderiam fazer parte desse programa-piloto os investimentos das estatais, os empréstimos dados por agências internacionais para

aplicar no setor e alguns dos projetos do PPP (Parceria Público-Privada).

Todos os investimentos teriam de ter rentabilidade alta e monitoramento rigoroso. Por isso a idéia de incluir os empréstimos das agências internacionais, que têm juros muito baixos e são aplicados em projetos rentáveis. A alta lucratividade das estatais, semelhante ou maior do que as empresas privadas, também as faz candidatas a entrar nessa conta, e o PPP seria incluído porque o setor privado é capaz de monitorar bem o retorno dos investimentos.

— O parâmetro básico é a taxa de retorno em relação à taxa de juros com que os projetos são financiados, quanto esses investimentos dão de real retorno para a estrutura do país — disse o ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Ontem, Palocci voltou a explicar a importância do projeto-piloto que será montado. Segundo ele, o Brasil não está defendendo essa mudança de cálculo em benefício próprio, já que está encerrando a fase de acordos com o Fundo e não terá mais suas contas monitoradas pelo organismo:

— O Brasil quer sair na frente

pois tem interesse em valorizar os investimentos em infra-estrutura. Sabemos que esses investimentos são positivos para o equilíbrio fiscal do Brasil.

Subsecretário do Tesouro dos EUA elogia Brasil

Palocci diz que a idéia é promover uma economia robusta e um equilíbrio fiscal com menos sacrifício:

— O equilíbrio fiscal bem feito não subtrai recursos, os fornece. O desequilíbrio fiscal é que tira recursos. O Brasil precisa parar de ser um país que faz ajustes circunstanciais. O equilíbrio fiscal tem de ser para

sempre, com persistência.

O ministro foi homenageado ontem pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos e fez um vigoroso discurso sobre os ajustes da economia brasileira durante o almoço com investidores, acadêmicos e autoridades americanas.

— O presidente Lula tomou a decisão fundamental de anunciar aos brasileiros e aos investidores que o Brasil decidiu ser um país arrumado, com inclusão social, estabilidade financeira e crescimento — disse Palocci.

O subsecretário do Tesouro dos EUA, John Taylor, fez um

relato sobre a economia brasileira quase tão entusiasmado quanto o de Palocci.

— O resultado da política monetária e fiscal de Lula foi o efeito de uma dramática melhora do posicionamento do Brasil nos mercados financeiros — elogiou, enumerando a queda do risco, a redução relativa da dívida pública e da inflação. — Não existe dúvida de que o tremendo potencial da economia brasileira pode contribuir para o crescimento da América Latina e do mundo — afirmou Taylor, que esteve semana passada em Brasília reunido com a equipe econômica. ■